

Vocação Financeira

DATA de uns quinze anos a delicada montagem do sistema de administração da dívida pública brasileira, que introduziu no uso corrente e na compreensão popular termos como **open**, **overnight**, **LTN** e **ORTN**. Esse sistema floresceu em cima de pressupostos essenciais de modernização do sistema financeiro brasileiro, em que sobras de caixa deixaram de existir isoladamente e passaram a circular, irrigando a economia de um lado para outro.

Suprimam-se ou se embaralhem os mecanismos existentes, e a poupança nacional simplesmente deixará de fluir. Será o caos. A delicadeza desses mecanismos e a necessidade de que eles evoluam de forma consistente, em torno das arquiteturas que em larga medida foram desenvolvidas pela iniciativa privada, é portanto imperiosa.

Quem quer que se dê ao trabalho de estudar a dívida pública, o sistema de drenagem de recursos para enxugar a liquidez ou para irrigar a economia e levar dinheiro aos pontos descobertos, verá como as mesas de **open** instaladas no Rio, a Andima — a associação que congrega os investidores no mercado aberto — e a malha computarizada que atende nacionalmente às demandas de registro e liquidação de operações são de importância fundamental. Mexa-se nesses mecanismos, e o Governo terá uma pronta resposta sob a forma de inviabilização de sua existência contábil no dia-a-dia.

O processo econômico e financeiro do que se convencionou chamar de Nova República não pode prescindir da especialização de funções. O sistema financeiro privado que se estruturou em torno da dívida pública e dos mecanismos de liquidez para transações com papéis financeiros privados é um patrimônio de primeira linha. Em torno desse sistema eletrônico que tende a se aperfeiçoar ainda mais e a

evitar, num futuro muito imediato, que se reproduzam escândalos como os que envolveram bilhões de cruzeiros em letras frias, prejudicando milhares de investidores, giram muitos investimentos em cérebros e recursos que não podem ser desperdiçados.

A história da dívida pública, do lançamento dos primeiros papéis do Governo até o amadurecimento do mercado, confunde-se com o esforço dos empresários que criaram a infra-estrutura para o seu desenvolvimento, muitas vezes sem a ajuda do Governo ou até contra ele. Esse mercado cresceu e floresceu no Rio de Janeiro, e em torno dele está todo o ativo de cérebros e máquinas de que carece, como sua própria alma, para continuar a servir de forma ordenada e útil a toda a sociedade.

O Governo precisa considerar com grande atenção esse fenômeno de eficiência e organização baseada e centralizado no Rio de Janeiro. Estimular as vocações que nasceram aqui, e que tantos frutos proporcionaram à administração federal e ao sistema financeiro como um todo, é uma obrigação de Brasília. O Banco Central deveria voltar suas atenções, na administração do Sr Bracher, para o ativo criado na praça do Rio de Janeiro, estimulando seu aperfeiçoamento e crescimento. Qualquer iniciativa capaz de solapar ou transferir para outras regiões esses recursos financeiros, humanos e de organização gerencial será considerada não só um desperdício, mas ainda uma violência contra o equilíbrio necessário à convivência neste país. Um país onde, infelizmente, muitas das promessas demagógicas de descentralização do crescimento econômico morrem no limbo das condições e renascem no santuário de ambições políticas pessoais. Não foi por acaso, portanto, que este tema figurou na abertura dos Seminários sobre as vocações econômicas do Rio, promovidos pelo JORNAL DO BRASIL.